

ABIQUM, ICCA E PACTO GLOBAL PROMOVEM SEMINÁRIO SOBRE A PREPARAÇÃO E O PAPEL DA INDÚSTRIA QUÍMICA PARA AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

LATIN AMERICA
& CARIBBEAN

CLIMATE WEEK

COMO A INDÚSTRIA QUÍMICA ESTÁ SE PREPARANDO PARA AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS?**ADAPTAÇÃO: OPORTUNIDADES ECONÔMICAS PARA UMA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO NO BRASIL.**

▶ *Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos Alexandre Da Costa*

A Abiquim, a Rede Brasil do Pacto Global da ONU e o International Council of Chemical Associations (ICCA) realizaram o seminário “Como a indústria química está se preparando para as mudanças climáticas?”, evento oficial da Semana do Clima da América Latina e Caribe, que aconteceu em Salvador, entre os dias 19 e 23 de agosto.

O seminário, realizado no primeiro dia da Semana do Clima da América Latina e Caribe, teve como representante do governo federal o secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos Alexandre Da Costa, do coordenador da Força Tarefa de Advocacy do Grupo de Liderança em Energia e Mudança do Clima do ICCA e Diretor de Desenvolvimento Sustentável da Braskem, Jorge Soto, da chefe da Carbon Pricing Leadership Coalition (CPLC) do Banco Mundial Angela Churie Kallhauge, da coordenadora geral do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas da Secretaria de Políticas Públicas do Ministério da Economia, Dra. Ana Luíza Champloni, do coordenador do Grupo Temático Energia e Clima da Rede Brasil do Pacto Global da ONU e da área de Desenvolvimento Sustentável da Braskem, Luiz Carlos Xavier, da gerente de Risco Climático e Adaptação da Waycarbon, Dra. Melina Amoni, do coordenador da EMBRAPII Salvador, Daniel da Silva Motta, do presidente da Carbonor, Paulo Cavalcanti Jr e da diretora de Relações Institucionais, Comunicação e Sustentabilidade da Abiquim, Marina Mattar.

O evento foi dividido em três painéis: ECONOMIA DE BAIXO CARBONO, PRECIFICAÇÃO DE CARBONO E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA.



No primeiro painel do seminário, o **Secretário Carlos Alexandre Da Costa** falou sobre as oportunidades de negócio e competitividade numa economia de baixo carbono. Em sua apresentação, ele defendeu que as ações para uma economia de baixo carbono no Brasil devem reconhecer as características da matriz energética limpa do País para promover maior competitividade às empresas nacionais e destacou que o choque do gás promovido pelo governo federal fortalece a agenda de redução da pegada de carbono.

O coordenador da Unidade Salvador da Embrapii, **Daniel Da Silva Motta**, também participou do primeiro painel. Ele falou sobre como a Embrapii trabalha com novas tecnologias de baixo carbono.



O representante do ICCA e Diretor de Desenvolvimento Sustentável da Braskem, **Jorge Soto** apresentou como a indústria química global é provedora de estratégias e soluções tanto para ações em mitigação, como para ações em adaptação climática.



▶ A coordenadora geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas da Secretaria de Política Econômica, Ana Luiza Champloni; a diretora da Abiquim, Marina Mattar; e o secretário especial, Carlos Alexandre Da Costa

A diretora de Relações Institucionais, Comunicação e Sustentabilidade da Abiquim, Marina Mattar, que também é membro do Steering Committee da Carbon Pricing Leadership Coalition (CPLC) do Banco Mundial, apresentou o posicionamento do setor químico sobre a precificação de carbono, lançado ainda em 2017, e que defende a implementação de um mercado de carbono. A executiva da Abiquim destacou a necessidade de que a política de precificação de carbono reconheça os esforços já realizados voluntariamente pelos diversos setores em reduzir suas emissões de Co2, não aumente a carga tributária e que um mercado de precificação de carbono seja adotado por todos os setores.

O segundo painel contou com a participação da chefe do secretariado da Carbon Pricing Leadership Coalition (CPLC) do Banco Mundial, Angela Churie Kallhauge, que apresentou a evolução das políticas de precificação de carbono em diferentes países. Angela explicou que as iniciativas ao redor do mundo passaram de 51 em 2018 para 57 em 2019, fruto de uma mobilização da sociedade e dos governos que entendem a necessidade de implementar uma política de precificação de carbono. Mas, segundo ela, atualmente apenas 20% do carbono gerado é precificado, sendo necessário aumentar esse volume.

Ainda no painel sobre precificação de carbono, um dos temas centrais discutidos na Semana do Clima, a coordenadora geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, Ana Luiza Champloni, apresentou o status do projeto PMR (Partnership for Market Readiness) Brasil, que é um projeto do Ministério da Economia e do Banco Mundial que visa dar suporte técnico para a elaboração de recomendações sobre instrumentos de precificação de carbono e ajustes nas políticas públicas. Tais recomendações poderão complementar e tornar



▶ A chefe do secretariado da Carbon Pricing Leadership Coalition (CPLC) do Banco Mundial, Angela Churie Kallhauge

mais custo-efetivo o conjunto de medidas a serem adotadas para alcançar os compromissos de redução das emissões de gases de efeito estufa que o Brasil assumiu internacionalmente, no âmbito do Acordo de Paris.

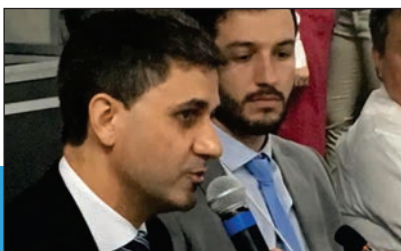
O terceiro painel, sobre adaptação climática, contou com a participação do coordenador do Grupo Temático Energia e Clima da Rede Brasil do Pacto Global, Luiz Carlos Xavier, que fez a apresentação "Pacto Global: introdução sobre as ações para aumentar a resiliência no Brasil: novo projeto de adaptação". A consultora da WayCarbon, Dra. Melina Amoni, também participou deste painel e falou sobre iniciativas, riscos e gerenciamento de projetos em adaptação climática pelo Brasil.

O último painel também contou com a apresentação de um case do setor químico que demonstra os esforços para uma economia de baixo carbono. A apresentação foi realizada pelo CEO da Carbonor, Paulo Cavalcanti Jr., que apresentou ações da indústria brasileira que preside, na Bahia, que além de utilizar CO2 emitido por outra indústria como matéria-prima para a produção de bicarbonato de sódio, tem investido em novas tecnologias e ampliação de sua indústria buscando o aumento da produção de uma forma responsável.



▶ Melina Amoni, Gerente de Risco Climático e Adaptação da Way Carbon e Luiz Carlos Xavier, coordenador do Grupo Temático Energia e Clima da Rede Brasil do Pacto Global.

CEO da Carbonor, Paulo Cavalcanti Junior.



Concluindo o seminário, o diretor do Departamento de Economia Ambiental e Acordos Internacionais do Ministério do Meio Ambiente, Adriano Santhiago, destacou o papel da indústria química como fornecedora de soluções para o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima.

É importantíssimo ter a participação do setor privado e da indústria, em especial da indústria química, no esforço do país em colocar a sua contribuição às NDCs e ao Acordo de Paris. Para o plano de adaptação, são consideradas áreas de risco: habitação, infraestrutura em particular, saúde, saneamento e transporte. O que a indústria química tem a ver com estes assuntos? Tanto na parte de mitigação dos gases de efeito estufa como na parte de adaptação. Quando falamos de áreas de risco em habitação e infraestrutura (saúde, saneamento e transporte) a gente está falando de três partes importantes da nossa NDC: segurança hídrica, segurança alimentar e sustentar a biodiversidade. A indústria química, em termos de segurança hídrica, tem importância no tratamento de água, esgoto e resíduos. Para a segurança alimentar, não teríamos tido o aumento significativo que tivemos na produtividade da agropecuária brasileira sem a indústria química, isso não seria possível. Em biodiversidade, estamos falando de bioeconomia, sem a indústria química também não seria possível, principalmente com relação à mitigação e adaptação às mudanças do clima. Em transporte, o uso dos biocombustíveis. Aqui no Brasil temos que discutir o uso de veículos hídricos e do biocombustíveis, junto com a eletricidade. Dado o nosso perfil de emissões e nossa matriz elétrica, que é bastante limpa, com mais de 80% de energias renováveis. Então sobre adaptação é fundamental essa parceria que a gente iniciou lá atrás e que continua forte, tanto com o setor privado como com a indústria, em especial a indústria química."



Ana Luiza Champloni é Doutora em Economia pela Universidade Católica de Brasília. Servidora pública da carreira de Auditora Federal de Finanças e Controle, atua como Coordenadora-Geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia.

► **Dra. Ana Luiza Champloni**

1) O que é o Projeto PMR Brasil?

O Projeto PMR Brasil, iniciado ainda em 2014, tem por objetivo discutir a conveniência e oportunidade da inclusão da precificação de emissões de gases de efeitos estufa no pacote de instrumentos voltados à implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e auxiliar o cumprimento das metas do Acordo de Paris. O estudo concentrou sua análise nos seguintes setores: energia (geração elétrica e combustíveis), indústria e agropecuária, e incluiu um estudo específico sobre a possibilidade de inclusão de offsets com base florestal no sistema de precificação.

A análise foi dividida em 3 componentes principais. O Componente 1 realizou um mapeamento das políticas existentes nos setores e recomendações de medidas e adequação de políticas existentes, de forma a propor alguns cenários de pacotes de instrumentos de política. Em seguida, o Componente 2 está realizando a modelagem econômica dos diferentes pacotes, complementado por uma Análise de Impacto Regulatório que irá captar aspectos referentes à viabilidade política e custos de implementação das propostas. Por fim, temos o Componente 3 realizando o trabalho de

sensibilização e engajamento dos principais stakeholders, além de fornecer suporte técnico ao projeto.

2) Quais os principais resultados do projeto até agora?

O projeto está entrando em sua fase decisiva agora. Até o fim do ano, teremos os resultados preliminares da modelagem econômica e iniciaremos a etapa de consulta para a Análise de Impacto Regulatório, lembrando que essa é uma etapa prévia à recomendação de política a ser feita pelo Projeto (White paper) e não representa uma decisão política no sentido da implementação dos cenários propostos, nos parâmetros propostos, pelo Governo Federal.

3) Qual é o posicionamento do Ministério da Economia sobre precificação de carbono?

Nossa orientação atual é não propor medidas que aumentem a carga tributária ou criem novos impostos.

4) Quando sairão os resultados finais do Projeto?

A previsão de encerramento do Projeto PMR Brasil é março de 2020.

POSICIONAMENTO DA ABIQUIM SOBRE PRECIFICAÇÃO DE CARBONO



- 1 Reconhecer as ações e esforços históricos para reduzir as emissões;
- 2 Estabelecer um cronograma e estratégia sobre o tema no Brasil até 2018 para implementar esta política em 2020;
- 3 Adotar um sistema eficiente e eficaz de mercado de carbono adequado à realidade e à jurisdição da economia brasileira e que inclua todos os setores. Caso o governo brasileiro opte por um mecanismo de taxaço, defendemos a neutralidade fiscal;
- 4 Integrar políticas brasileiras às políticas de outros países e regiões;
- 5 Incentivar investimentos em produtos e processos de baixo carbono;
- 6 Harmonizar as políticas brasileiras de clima e energia;
- 7 Assegurar um alto nível de governança por parte do governo.

Braulio Pikman é diretor técnico da ERM (desde 2002) onde atua em serviços técnicos especializados para empresas dos setores público e privado. Braulio prestou serviços na Agência Nacional do Petróleo (2000-2002) coordenando o desenvolvimento de especificações de qualidade para produtos petrolíferos, notadamente o gás natural.



Os consumidores de gás recebem o produto, entre outros líquidos, com uma média de 6% de etano (a ANP limita esse valor a 12% no máximo). As produtoras de gás, capitaneadas pela Petrobras, estão solicitando que a ANP deixe de regular os percentuais. Na prática, as produtoras poderiam entregar qualquer tipo de gás ao mercado, sem o tratamento mais adequado.

1) Como a ERM analisa a proposta em discussão na ANP?

A proposta em discussão na ANP para atributos de qualidade do gás natural representa os interesses de apenas uma fração majoritária de uma das partes (produtores). Para que possamos ter pleno desenvolvimento do mercado de gás no Brasil, torna-se necessário estabelecer padrões que atendam aos interesses de toda a sociedade incluindo distribuidores e, principalmente, consumidores finais do gás. Os riscos associados à frota existente de equipamentos precisam ser melhor avaliados para evitar perda de desempenho e necessidade de novos investimentos para adequação à nova especificação.

2) Quais os resultados dos estudos conduzidos pela ERM e como essa proposta se alinha aos parâmetros internacionais?

O estudo elaborado pela ERM Brasil procurou observar de que forma o tema está sendo tratado internacionalmente. Casos recentes concluídos nos Estados Unidos e casos ainda em andamento na Europa, demonstram que mudanças na qualidade do gás com introdução de maior quantidade de hidrocarbonetos mais pesados enfrentam forte oposição de toda a cadeia de valor a jusante da produção. Os impactos em desempenho, vida de equipamentos, poluição atmosférica e emissões de gases de efeito estufa são todos negativos e por esta razão, análise profunda de impacto regulatório precisa ser conduzida por agentes reguladores. Este é o modelo decisório que recomendamos ser aplicado no Brasil em vista de inúmeras evidências de problemas advindos desta mudança.

3) Quais são os principais riscos caso haja o afrouxamento das especificações da qualidade do gás?

O primeiro risco é de segurança. A operação com misturas de hidrocarbonetos com maior teor de carbono requer ajustes na quantidade de ar para a queima. Sem ajustes que podem inclusive demandar mudanças em equipamentos já instalados, o risco de queima incompleta com maior emissão de gases venenosos como o monóxido de carbono e de poluentes atmosféricos, é relevante.

O segundo risco é de perda de eficiência e afeta de forma variável a toda a frota de equipamentos. A variação substancial da composição do gás em relação àquele que foi entregue ao mercado nos últimos 17 anos gera perda de eficiência dos equipamentos com consequente aumento de custo operacional (mais manutenções) e redução de vida útil de equipamentos.

O terceiro risco é ambiental pois as mudanças sugeridas certamente levarão a aumento nas emissões de poluentes regulados e de gases de efeito estufa. Embora estas variações possam parecer incrementais, elas representam um impacto muito grande em vista do grande volume de gás comercializado no país (que se deseja que continue crescendo rapidamente). Para se ter uma ideia, um aumento de 4% nas emissões de gases de efeito estufa por mudança da composição (cenário altamente provável na proposta dos produtores), elimina-se todo o benefício climático produzido por um programa como o Renovabio.

Como risco derivado dos riscos de segurança e ambiental, temos o risco à saúde da população advindo de acidentes e de maior emissão de gases poluentes.

4) O que você acha sobre a proposta do Presidente dos Estados Unidos Donald Trump de revisar os limites do metano, presente no gás americano? Você acha que essa medida pode aumentar as emissões dos gases de efeito estufa naquele país?

A questão do metano nos Estados Unidos não tem relação direta com a especificação do gás para uso. Trata-se de perdas de gás ao longo do processo de produção. De qualquer forma, representa perda de produto para a atmosfera em forma que tem máximo impacto do ponto de vista de mudanças climáticas. Portanto, me parece uma medida duplamente equivocada pois aumenta emissões e gera perda de produto (o metano é o principal componente do gás natural).

5) Outras considerações que deseja fazer?

Do ponto de vista do processo de discussão, o principal agente de moderação de conflitos na cadeia de valor deve ser o agente regulador do setor (no caso a ANP). A principal diretriz a ser seguida pela Agência é buscar a solução que tenha menor custo para a sociedade como um todo (incluindo as questões de competitividade, segurança, saúde e meio ambiente). A análise de impacto regulatório é a peça fundamental para estabelecer quais alternativas gerarão os melhores resultados para o país como um todo.